

RELATÓRIO

Observatório Suíno **2021**



ALI •
ANI
MA •

Realização



OBSERVATÓRIO
ANIMAL

ÍNDICE

SOBRE A ALIANIMA	03
SOBRE O OBSERVATÓRIO ANIMAL	04
INTRODUÇÃO	05
SOBRE O OBSERVATÓRIO SUÍNO	09
METODOLOGIA	10
RESULTADOS	
Alojamento na Gestação	12
Manejo de Leitões	18
Uso de Antimicrobianos	22
CONCLUSÕES	24
CONTATO	25
REFERÊNCIAS	26
REALIZAÇÃO	27



SOBRE A ALIANIMA



ALI
ANI
MA

A Alianima é uma organização sem fins lucrativos que atua no âmbito da proteção animal e ambiental, promovendo a sinergia entre ambas as causas através da implementação de políticas de bem-estar animal dentro da cadeia de produção de alimentos no Brasil.

Concomitantemente, atuamos por meio de ações e projetos educacionais que promovam o conhecimento da sociedade civil acerca de uma alimentação ética que respeite o modo de vida de todos os seres sencientes e possibilite o equilíbrio ambiental.

Através de um relacionamento cooperativo e contínuo com líderes da indústria alimentícia, buscamos entender os principais gargalos que cada setor enfrenta. Dessa forma, desenvolvemos parcerias e prestamos consultoria e suporte técnico gratuitos para aquelas empresas que efetivamente compreendem a importância de implementar uma política de bem-estar animal em suas operações.

Acreditamos no trabalho colaborativo e em uma abordagem liderada por soluções práticas. Por isso, desenvolvemos relacionamentos baseados em confiança, benefício mútuo e recompensa pelo progresso em políticas que promovam melhores condições de vida para bilhões de animais utilizados na produção de alimentos todos os anos, além de realizarmos o acompanhamento e a divulgação das principais ações do setor dentro da temática de bem-estar animal.

SOBRE O OBSERVATÓRIO ANIMAL



Ao longo dos últimos anos, os avanços tecnológicos de acesso à informação aliados a crescente preocupação com saúde, mudanças climáticas e maus-tratos a animais têm permitido e instigado a busca por mais conhecimento sobre a origem dos alimentos, assim como os valores da indústria aplicados em prática no que concerne à ética e à sustentabilidade.

O anúncio público de compromissos em bem-estar animal de mais de 140 empresas dos setores alimentício e hoteleiro no Brasil galvanizou mudanças significativas em toda a cadeia de fornecedores, sobretudo pelo fato de tais anúncios trabalharem com uma data limite para concluir a sua implementação.

É nesse contexto que surge o Observatório Animal, uma plataforma criada pela Alianima para dar visibilidade aos compromissos públicos anunciados pelas empresas no Brasil quanto ao bem-estar animal (atualmente de galinhas poedeiras e suínos), e facilitar o acompanhamento do seu processo de transição pela sociedade civil, para que os compromissos sejam, de fato, cumpridos.

Além disso, o site oferece conteúdos e notícias sobre a temática de animais de produção com o objetivo de informar a sociedade a respeito da realidade da cadeia de produção de alimentos, mostrando como a indústria é capaz de fomentar mudanças significativas no tratamento aos animais, e encorajar um consumo mais crítico e consciente.



INTRODUÇÃO

Panorama da suinocultura brasileira

Até o fim de 2020, o Brasil continuou ocupando o 4º lugar no ranking de maiores produtores e exportadores de carne suína do mundo, produzindo cerca de 4,4 milhões de toneladas (Gráfico 1), em um crescimento anual de 11,4%, e exportando mais de um milhão de toneladas (Gráfico 2), sendo um agente de grande notabilidade no cenário da suinocultura global.

Gráfico 1 Produção mundial de carne suína em 2020 (mil ton)

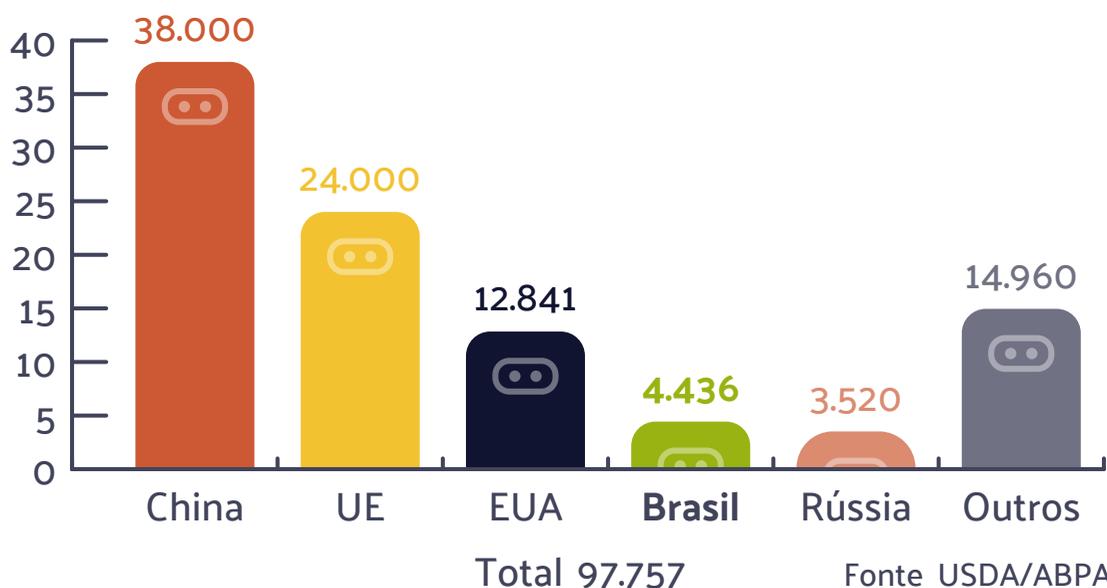
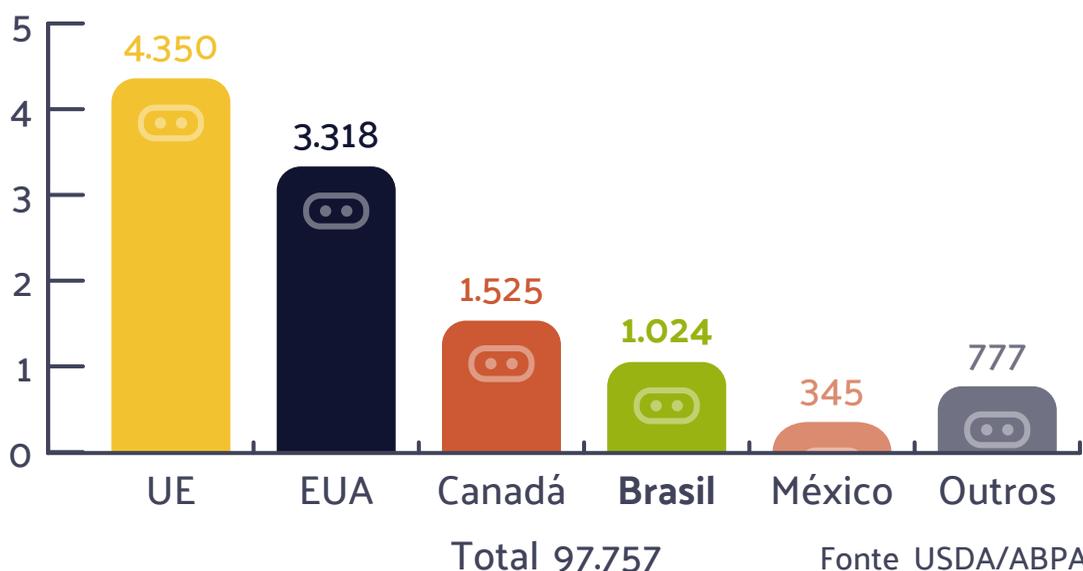


Gráfico 2 Exportação mundial de carne suína em 2020 (mil ton)



A atividade é abundante sobretudo nos estados do Sul e Sudeste, tendo cidades cuja produção de suínos é a principal atividade econômica. Além disso, não se pode negar a popularidade da carne suína: no mercado brasileiro, o seu consumo girou em torno de 16 kg per capita em 2020 (um aumento de 4,6% em comparação ao ano anterior), segundo dados fornecidos pela Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

De toda a produção nacional, 77% abastece o mercado interno e 23% é destinado à exportação (Gráfico 3).

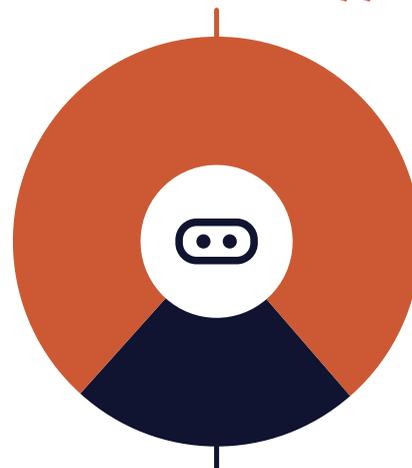
O arranjo da suinocultura brasileira é composto, em sua maioria, por produtores integrados, seguidos de empresas beneficiadoras e empresas exportadoras.

Entender a importância de abolir as celas de gestação, além de ampliar o leque de práticas de bem-estar para esses animais, é também uma forma do Brasil manter-se competitivo no cenário internacional, dado que a utilização já é restrita na União Europeia (até 28 dias após cobertura) desde 2013, e já foi banida na Nova Zelândia, Suíça, Suécia, Noruega e Reino Unido.

Nos Estados Unidos, 3º maior produtor e 2º maior exportador de carne suína do mundo, estados como Arizona, Califórnia, Colorado, Flórida, Maine, Massachusetts, Michigan, Ohio, Oregon e Rhode Island também já estão se adequando para a extinção das celas de gestação. A adequação aos padrões de bem-estar animal pela suinocultura brasileira é, portanto,

Gráfico 3 Destino da produção brasileira de carne suína em 2020

Mercado interno 77%



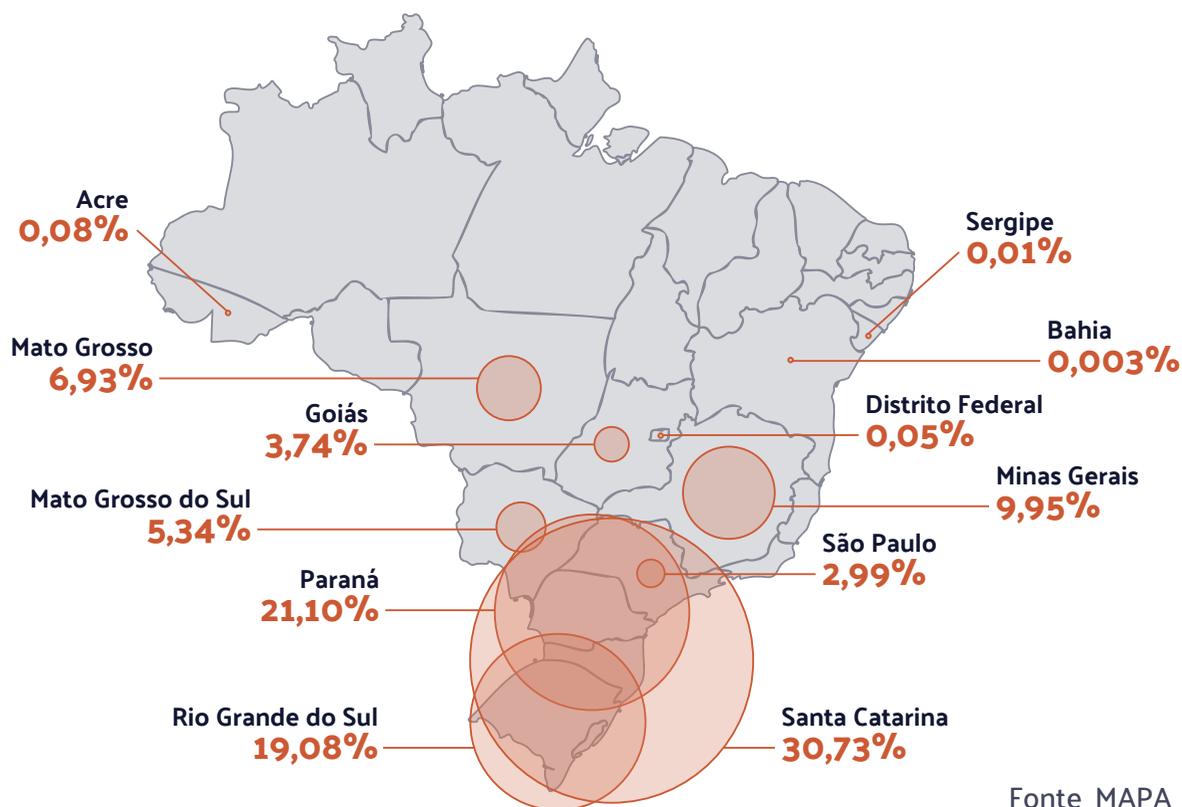
Exportação 23% Fonte ABPA

um reflexo também das exigências impostas pelos principais compradores mundiais como barreiras comerciais.

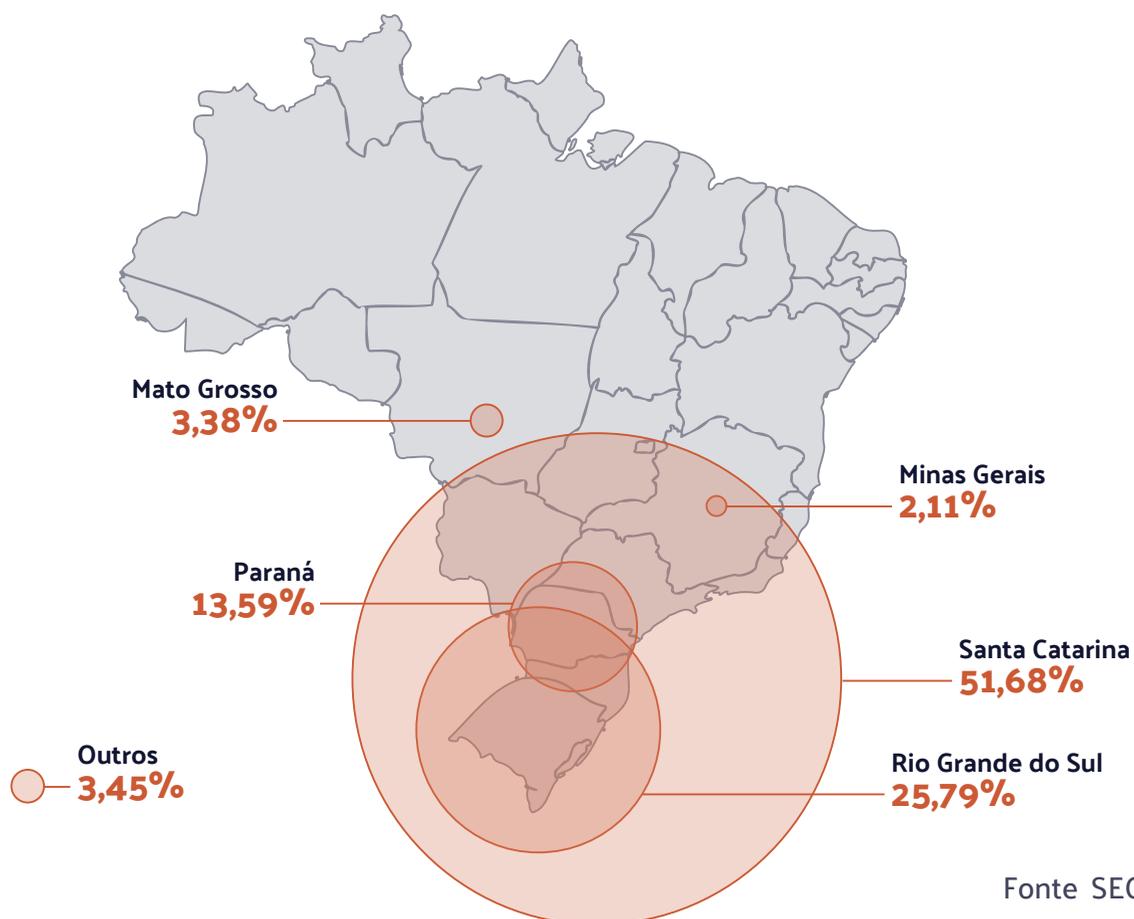
Dentre as 40 principais indústrias de carne suína do mundo, o Brasil entra na lista com 4 empresas: BRF (Sadia e Perdigão), JBS (Seara), Aurora Alimentos e Frimesa, sendo a BRF uma das maiores empresas de alimentos do mundo e a 10ª colocada no ranking. Em 20º lugar está a JBS, uma das companhias de origem brasileira mais internacionalizadas, com unidades produtivas espalhadas por 15 países em 5 continentes. Ocupando a 24ª e a 37ª posição, respectivamente, estão a Aurora Alimentos, 3º maior conglomerado industrial do setor de carnes no Brasil, e a Frimesa, ambas cooperativas com unidades localizadas no sul do país.

No Brasil, os principais estados produtores de carne suína (Mapa 1) e sua participação nas exportações (Mapa 2) são:

Mapa 1 Abate de suínos por estado brasileiro em 2020



Mapa 2 Exportações de carne suína por estado brasileiro em 2020





Uma grande e positiva mudança para a criação de suínos no país foi a publicação da primeira normativa nacional pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em 16 de dezembro de 2020. A Instrução Normativa Nº 113, que entrou em vigor neste ano, estabelece as boas práticas de manejo e bem-estar animal nas granjas de suínos de criação comercial. As principais diretrizes do texto normativo instituem que:

- As granjas que utilizam celas de gestação terão prazo até 01/01/2045 para adaptar suas instalações para a gestação coletiva;
- Fica vedado o uso de bastões elétricos e condutas agressivas para manejo dos suínos;
- As granjas que atualmente desmamam leitões com média de idade de 21 dias têm até 01/01/2045 para adaptarem suas instalações para desmame com idade média de 24 dias ou mais;
- Os suínos devem ter acesso a um ambiente enriquecido, para estimular as atividades de investigação e manipulação e reduzir o comportamento anormal e agonístico;
- As granjas terão até 01/01/2030 para utilização de analgesia e anestesia, em toda e qualquer castração cirúrgica, independentemente da idade do animal;

- O corte da cauda deve ser evitado, no entanto pode ser tolerado quando mutilado apenas o terço final da cauda e realizado de modo que minimize qualquer dor e complicações posteriores para o animal;
- Fica proibida a moessa a partir de 01/01/2030;
- É proibido o corte de dentes e o procedimento de desbaste dos dentes dos leitões será realizado quando necessário.

Apesar de a IN 113 ser considerada um avanço no que se refere ao bem-estar animal, alguns prazos de adaptação, como o alojamento das matrizes durante a gestação e as melhorias no manejo de leitões, são demasiadamente extensos. Em um cenário nacional, em que as maiores corporações e cooperativas produtoras de carne suína se comprometeram a banir celas de gestação com datas limites entre 2025 a 2029, a regulamentação sendo permissiva com 20 anos de acréscimo pode ser encarada como um atraso. É fundamental que as empresas mantenham seus compromissos, ao invés de adequarem seus prazos em função da Instrução Normativa, até porque não se trataria de uma iniciativa privada diferenciada por melhorias de bem-estar animal, mas apenas o cumprimento da norma.

SOBRE O OBSERVATÓRIO SUÍNO

O Observatório Suíno é um relatório anual realizado pela Alianima, com o objetivo principal de acompanhar a evolução da transição das empresas que possuem compromissos públicos de banir as celas de gestação na indústria de carne suína brasileira.

A divulgação dos resultados nos permite criar relações de transparência entre a indústria alimentícia e o consumidor final, além de detectar gargalos que estejam ocorrendo nos bastidores da indústria. Assim, podemos identificar os principais pontos que minam uma transição bem sucedida dentro do prazo estipulado para cada uma das empresas comprometidas e apoiá-las com recursos técnicos, por meio da nossa expertise em bem-estar animal.

Este relatório destina-se não apenas aos departamentos de sustentabilidade das empresas e indústrias do setor, mas também é endereçado ao público consumidor consciente, que se preocupa tanto com a origem dos alimentos quanto com a adoção de práticas que promovam o bem-estar dos suínos na cadeia de produção.

Desde a sua primeira edição, em 2020, o Observatório Suíno pôde contar com a participação da maioria das empresas contatadas e obteve altíssimo interesse da imprensa. Por meio da análise dos resultados das corporações responsáveis, constatamos um avanço signi-



ficativo no alojamento das fêmeas durante a fase de gestação para baias coletivas, e reforçamos a importância da indústria ser diligente e transparente durante todo esse processo de transição.

Nesta segunda edição, o acompanhamento aborda outras questões relacionadas ao bem-estar animal com um pouco mais de profundidade, como o manejo de leitões e o uso não terapêutico de antimicrobianos. Sendo assim, buscamos atualizar o cenário deste último ano com uma análise comparativa dos dados anteriores, permitindo uma visão precisa da evolução da suinocultura brasileira quanto ao tema de sustentabilidade e bem-estar animal.

METODOLOGIA

Para o levantamento proposto, foram elaborados dois questionários, um para empresas diretamente envolvidas na criação de suínos, ou seja, produtores e processadores (fornecedores), e outro para empresas que compram carne suína do primeiro grupo, como restaurantes e varejistas (clientes). Diferentemente da edição do ano passado, em que foi aplicado um único questionário, a atual pesquisa buscou uma melhor adequação das perguntas de acordo com o setor.

Todas as empresas operantes no Brasil que anunciaram publicamente o compromisso de abolir as celas de gestação, até o primeiro semestre de 2021, foram contatadas por e-mail para participação no Observatório Suíno. Abaixo segue a lista dessas empresas em ordem alfabética e divididas por setor, conforme caracterizado anteriormente:

Fornecedores



Clientes



BFFC



CiAO PIZZERIA
NAPOLETANA



grupo
trend Foods



O questionário direcionado para fornecedores contemplou os seguintes itens de avaliação e monitoramento:

- Proporção de matrizes suínas já alojadas em baias coletivas durante a fase de gestação;
- Período de alojamento das matrizes suínas em celas individuais entre o fim da maternidade e o início da gestação;
- Implementação de melhores práticas no manejo de leitões (fim da castração cirúrgica sem anestesia, corte/desgaste de dentes, corte de cauda e de orelha);
- Uso de antimicrobianos para fins não terapêuticos (promotores de crescimento e prevenção);
- Dificuldades encontradas pelas empresas para prosseguirem com o fim das celas de gestação, aprimorarem o manejo de leitões e reduzirem o uso de antibióticos.

Já o questionário direcionado para clientes abordou os seguintes pontos:

- Porcentagem de carne suína utilizada anualmente cujos fornecedores não alojam matrizes suínas em celas individuais durante a fase de gestação;
- Inclinação das empresas para exigirem de seus fornecedores outras práticas de bem-estar de suínos;
- Dificuldades encontradas pelas empresas para prosseguirem com a transição para carne suína livre de celas de gestação.

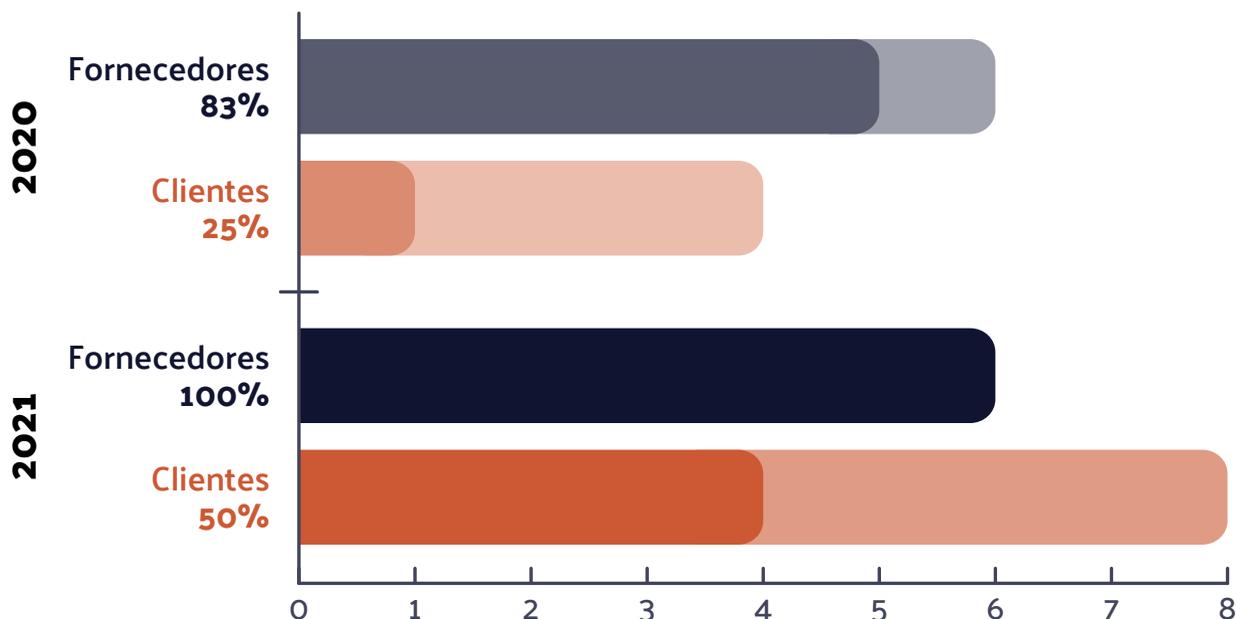
Os questionários foram enviados em setembro/2021 e as empresas tiveram um mês para submissão dos dados, até outubro/2021. As empresas que não responderam ao questionário foram categorizadas com o status “não respondeu”.

Todas as empresas contatadas estavam cientes da proposta de transparência prevista pelo Relatório Observatório Suíno com relação aos temas abordados, declarando-se de acordo com a divulgação posterior dos resultados na plataforma Observatório Animal.



RESULTADOS

Gráfico 4 Distribuição das empresas participantes por setor



Dentre as 14 empresas contatadas, 10 responderam (71,4%), sendo 6 do grupo de fornecedores (100%) e 4 do grupo de clientes (50,0%). A responsividade desta edição foi superior em relação à anterior, que obteve 6 respostas de 10 empresas abordadas (60%), sendo 5 de fornecedores (83,3%) e apenas 1 de clientes (25%) (Gráfico 4).

Alojamento na Gestação

A principal questão tratada neste relatório é sobre a evolução do alojamento das porcas durante a fase de gestação, de celas individuais para baias em grupo.

As celas possuem dimensões extremamente limitantes, não permitindo quase nenhuma movimentação. Além do desconforto físico, os animais não conseguem interagir de maneira satisfatória entre si, explorar o ambiente e nem construir ninho antes do parto, comportamentos naturais importantes já comprovados pela ciência.



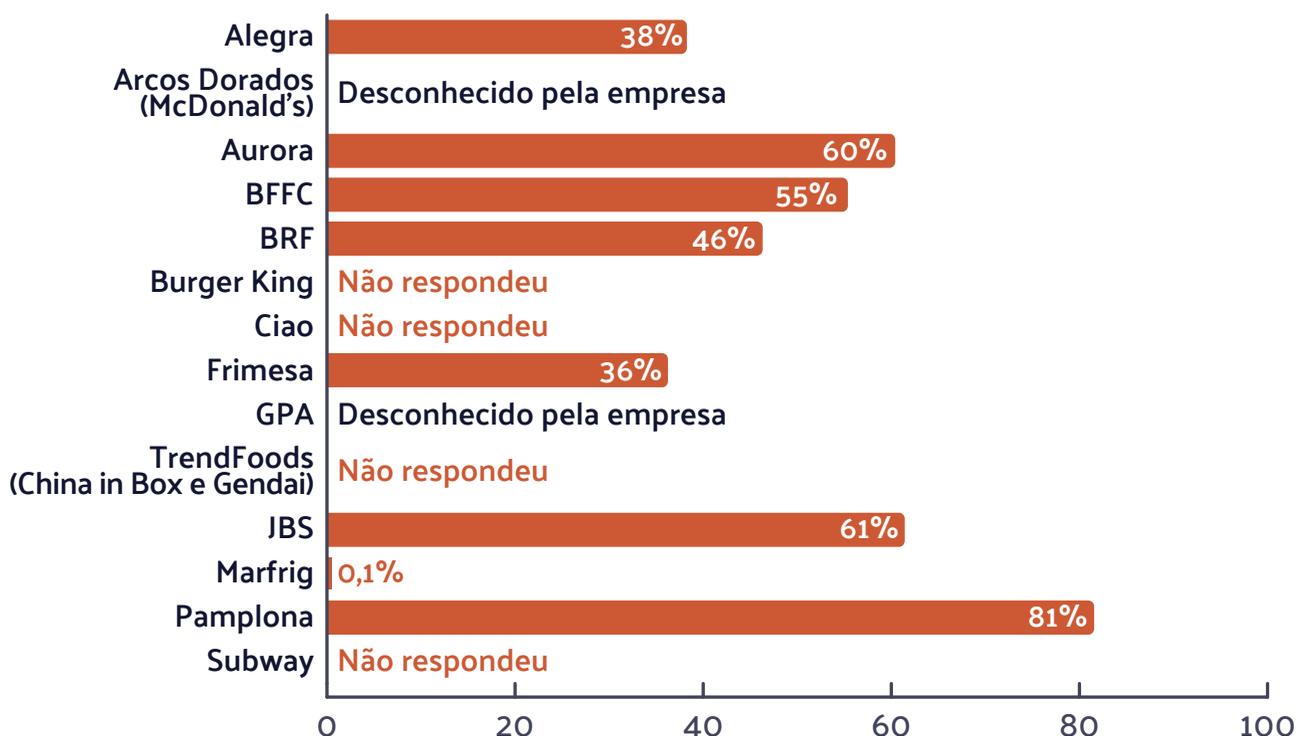
Como se não bastasse, problemas de saúde, como lesão nas patas, infecções urinárias, atrofia muscular e distúrbios comportamentais, são frequentes por conta da falta de atividade física.

Apesar de novos desafios surgirem com a adoção das baias coletivas, inúmeras pesquisas científicas corroboram que é possível obter produtivi-

dade e saúde iguais ou superiores quando comparadas às celas individuais, e que o exercício físico durante a gestação melhora o desempenho no parto.

As empresas que participaram do levantamento apresentaram status de transição de acordo com o Gráfico 5 a seguir.

Gráfico 5 Percentual de porcas alojadas em baias coletivas por empresa



Fornecedores

Às empresas do grupo de fornecedores, nesta edição foram solicitados o número total aproximado de matrizes (porcas reprodutoras) e a quantidade já alojada em baias coletivas. Dessa forma, foi possível ter uma visão mais precisa da proporção de animais favorecidos com a implementação em andamento por cada empresa, como mostra o Gráfico 6.

Quanto à evolução no último ano, observa-se um crescimento de pelo menos três pontos percentuais (JBS), e máximo de 11 pontos percentuais (BRF). Um destaque é merecido para esta última pelo fato de ser a maior produtora de suínos, com aproximadamente 400 mil matrizes alojadas. Outro ponto a ser ressaltado é que metade das empresas já atingiu mais de 50% da transição - Aurora, JBS e Pamplona - sendo a última com 81% concluído (Gráfico 7).

É fundamental reconhecer esses avanços, incentivando que as empresas mantenham como meta os prazos estipulados em seus respectivos compromissos públicos (entre 2025 e 2029), apesar da IN 113, que entrou em vigor no início deste ano, exigir a conclusão

até 2045. O acompanhamento da transição das maiores produtoras de carne suína permite constatar que o prazo da IN é desnecessário e defasado ao outorgar o prolongamento de sofrimento animal.

Gráfico 6 Proporção de porcas alojadas em baias coletivas entre o total de cada empresa

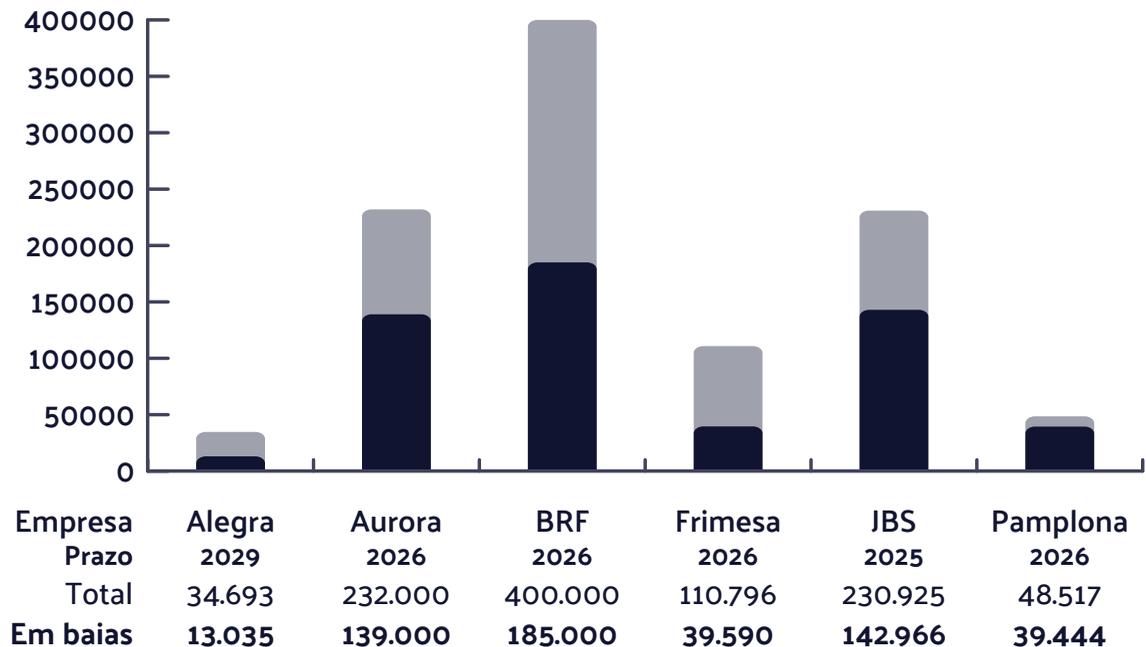
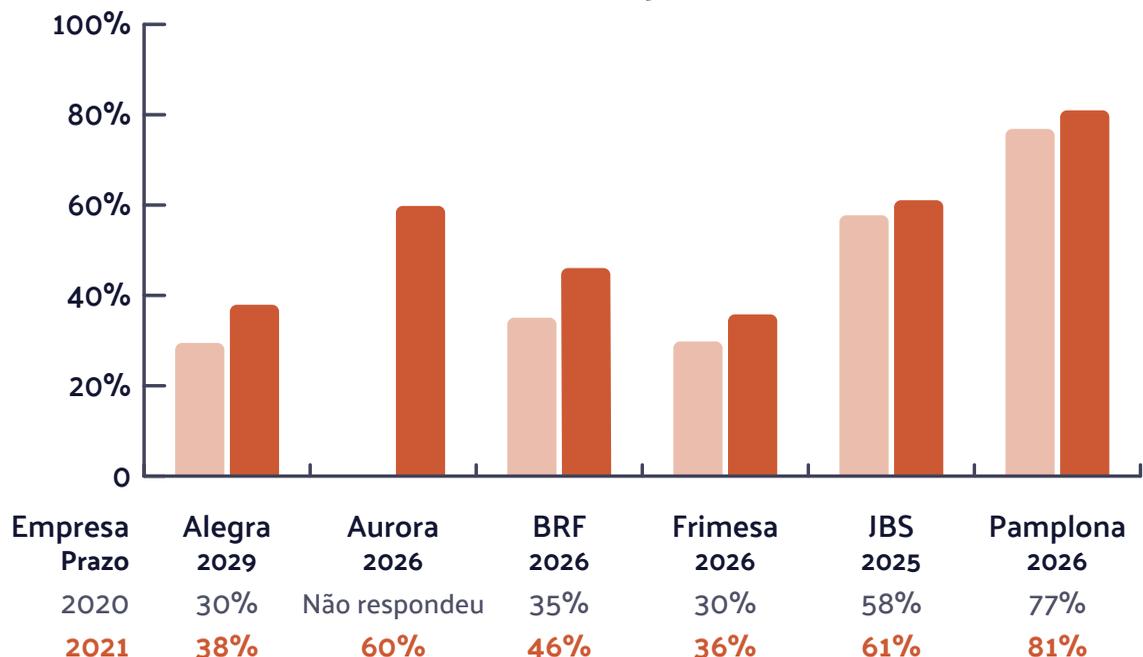


Gráfico 7 Percentual de porcas alojadas em baias coletivas de acordo com a empresa e o ano



Outro aspecto importante que tem sido amplamente discutido é o período em que as porcas são mantidas nas celas a partir da inseminação. Existem diversas evidências científicas que indicam que transferir as porcas para as baias coletivas logo após a inseminação (sistema “cobre e solta”) não prejudica a produtividade, podendo até promover melhorias, uma vez que estabelece precocemente o quadro hierárquico do grupo (mantendo-se mais estável ao longo da gestação), o que reduz riscos de reabsorção embrionária por estresse (menos repetição de cio e abortos), permite a eliminação total das celas na fase de gestação, além de proporcionar um período maior em alojamento mais adequado às matrizes.

O levantamento também questionou o período preconizado por cada

empresa e, conforme mostra a Tabela 1, todas apresentam mais de uma opção, num provável contexto em que estejam avaliando os impactos desses diferentes protocolos, sendo que apenas metade utiliza o sistema cobre e solta (Alegra Foods, JBS e Pamplona). Felizmente, dois terços dos fornecedores possuem planos ou metas de reduzir os períodos atualmente adotados. A Pamplona, por exemplo, afirmou que todos os seus novos projetos estão sendo planejados para implementar o sistema cobre e solta.

Novamente, a IN 113 demonstra languidez ao permitir até 35 dias nas celas individuais após a inseminação, representando morosidade no avanço urgente e imprescindível para o bem-estar de suínos no Brasil.

Tabela 1 Período(s) preconizado(s) por cada empresa para alojamento das porcas em celas individuais

Dias na cela individual ►	Até 7 (cobre e solta)	Até 28	Até 35	42	Pretende reduzir?
Empresa ▼					
Alegra Foods	●		●		Não
Aurora			●	●	Sim
BRF		●			Não
Frimesa			●	●	Sim
JBS	●	●	●		Sim
Pamplona	●		●		Sim

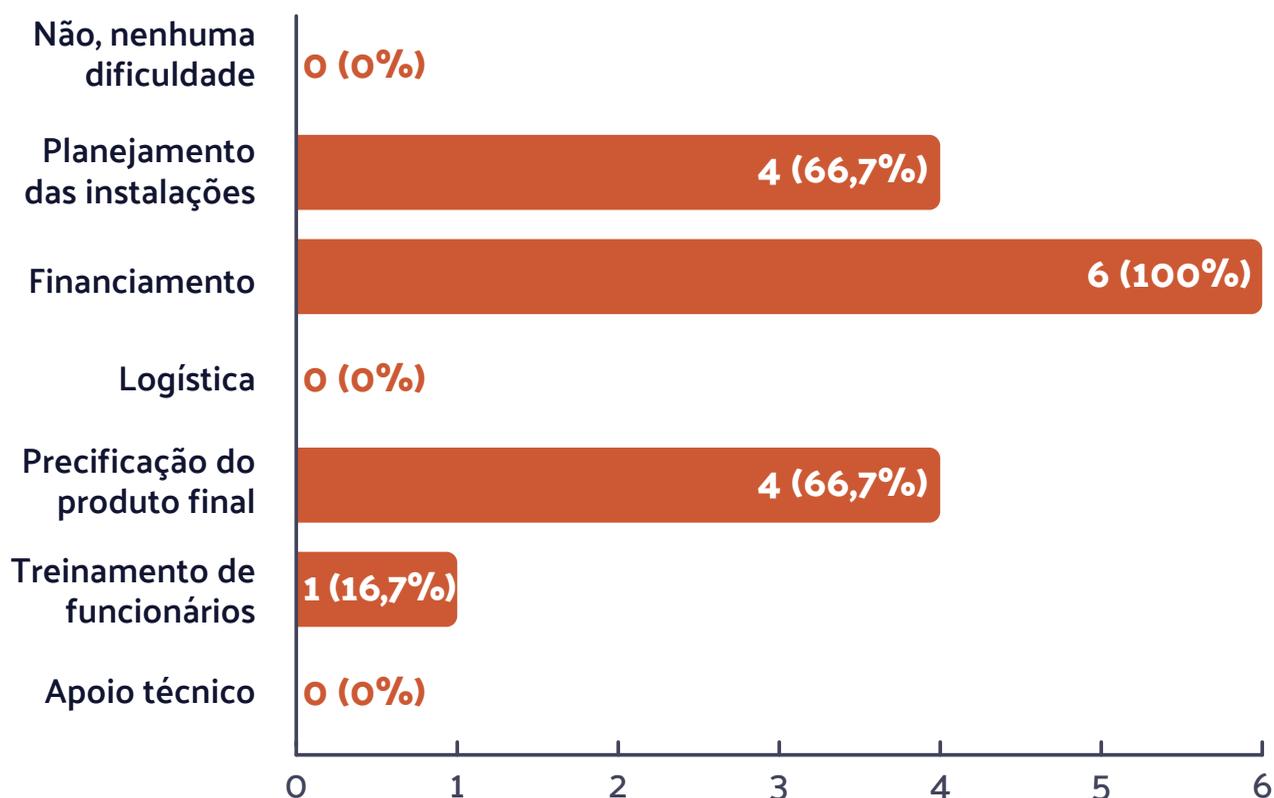
Desafios

Para melhor compreensão da situação, o Observatório Suíno também perguntou se as empresas têm encontrado dificuldades para prosseguir com a transição para o alojamento em grupo. Todas as participantes mencionaram ao menos uma dificuldade, com distribuição conforme o Gráfico 8. O financiamento foi reportado como obstáculo por 100% delas, sendo que uma especificou a baixa viabilidade financeira por parte dos pequenos produtores, enquanto que outra referiu-se ao alto custo de produção pelos elevados valores dos insumos, principalmente dos materiais importados, que ficaram ainda mais escassos no período da pandemia do COVID-19.

Na edição de 2020, o financiamento também foi a dificuldade mais relatada, indicando que não se tratou (apenas) de um entrave pontual, mas crônico da cadeia produtiva.

“A migração para gestão coletiva é a maior alteração estrutural e comportamental que a Suinocultura está passando nos últimos anos e as adaptações têm que ser feitas enquanto a granja segue em operação normal.”
- BRF

Gráfico 8 Distribuição das dificuldades detectadas pelas empresas para prosseguir com a transição para gestão coletiva



Cientes

Para restaurantes e varejistas, foi apenas indagada a porcentagem de carne suína utilizada que já é oriunda de fornecedores que alojam as porcas em grupo durante a gestação. Analisando a Tabela 2, nota-se a impreterível necessidade das empresas clientes buscarem informações sobre o processo de transição de seus fornecedores. Dentre elas, a BFFC (Bob's) merece destaque, não apenas pelo conhecimento e fornecimento do seu

status, mas também pelo avanço em 20 pontos percentuais no último ano. Outro ponto que requer atenção é em relação ao prazo estabelecido pela Arcos Dorados (2022) quando foi realizado o anúncio do compromisso de bem-estar de suínos em 2014. Tendo em vista que a empresa informou não possuir a informação atual sobre seus fornecedores, é improvável que consiga atingir a meta até o ano que vem.

Tabela 2 Percentual de carne suína oriunda de fornecedores que alojam porcas em baias coletivas por empresa e por ano

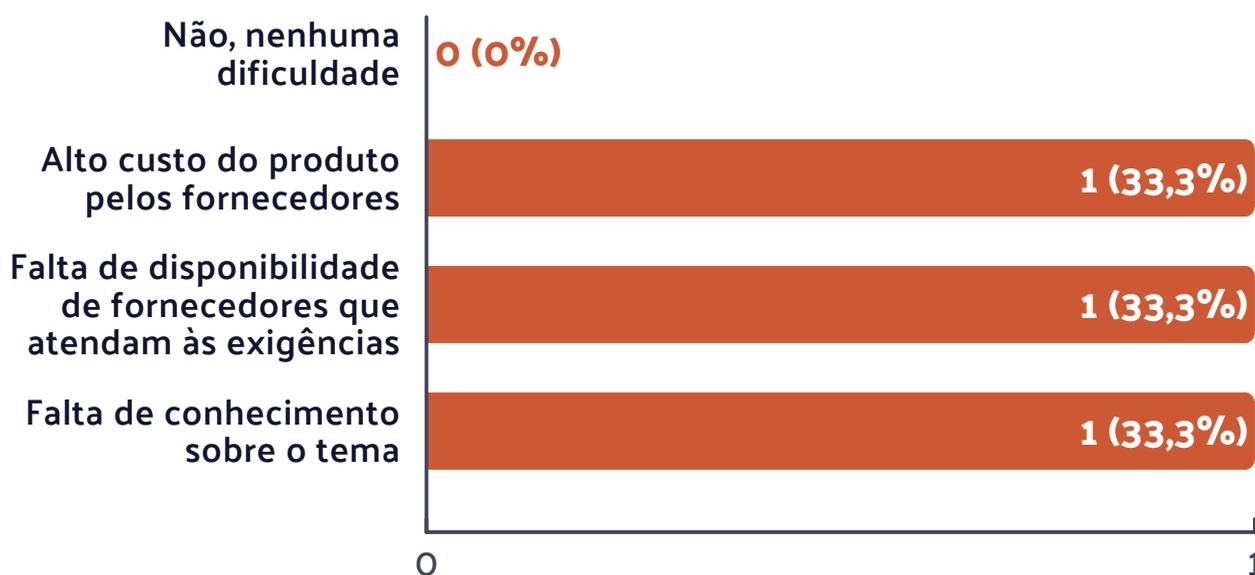
Empresa	Prazo	2020	2021
Arcos Dorados (McDonald's)	2022	Não respondeu	Desconhecido pela empresa
BFFC	2025	35%	55%
Burger King	2025	Não respondeu nenhuma vez	
Ciao	2025	Não participou	Não respondeu
GPA	2028	Não participou	Desconhecido pela empresa
TrendFoods (China in Box e Gendai)	2025	Não participou	Não respondeu
Marfrig	2026	Não participou	0,1%
Subway	2025	Não respondeu nenhuma vez	

Desafios

Quando indagadas sobre a existência de dificuldades para prosseguir com a transição para alojamento coletivo, metade das empresas alegou enfrentar problemas (conforme ilustra o Gráfico 9), como alto custo do produto

pelos fornecedores, falta de disponibilidade de fornecedores que atendam às exigências e falta de conhecimento sobre o tema, além de dificuldades de rastreabilidade na cadeia.

Gráfico 9 Distribuição das dificuldades detectadas pelas empresas para prosseguir com a transição para gestação coletiva



Manejo de Leitões

Além da questão do alojamento das porcas durante a fase de gestação, também foram levantados aspectos relacionados ao manejo de leitões: castração cirúrgica, corte de cauda, corte/desgaste de dentes e mossa (corte de orelha para identificação individual). São procedimentos corriqueiros na suinocultura, realizados sem nenhuma medicação analgésica ou anestésica.

Fornecedores

Aos fornecedores, que lidam diretamente com a criação dos suínos, foram solicitados esclarecimentos sobre possíveis exigências de implemen-

tação de melhores práticas, como a adoção de imunocastração e o fim dos procedimentos sem controle da dor (Tabela 3).

Tabela 3 Intenção de cada empresa de banir os procedimentos dolorosos em leitões

Prática a banir ►	Castração cirúrgica sem anestesia	Corte/desgaste de dentes	Corte de cauda	Mossa
Empresa ▼				
Alegra Foods	✓	✓	✗	✓
Aurora	✓	✓	✗	✓
BRF	✓	✓	✗	✓
Frimesa	✓	✓	✓	✓
JBS	✓	✓	●	●
Pamplona	●	●	✗	✓

- ✓ Já banuiu ou pretende banir e definiu prazo para implementação
- Já banuiu ou pretende banir, mas não definiu prazo para implementação
- ✗ Não banuiu e nem pretende banir

Segundo as respostas recebidas, a JBS já não realiza mais castração cirúrgica sem anestesia, enquanto as outras empresas ainda pretendem banir tal prática, assim como o corte/desgaste de dentes e a mozza.

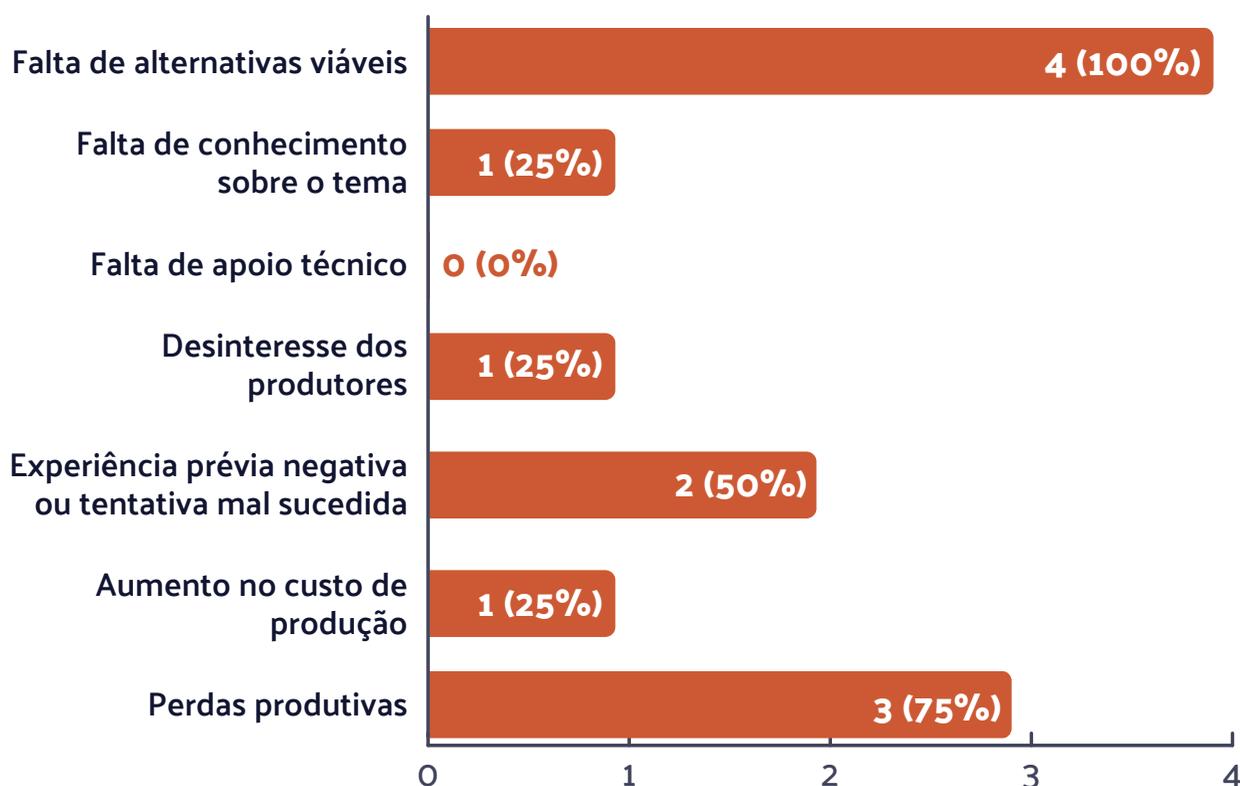
Por outro lado, o corte de cauda foi o procedimento menos promissor, o qual

apenas 1/3 das empresas pretende banir-lo. Como justificativas, foram listadas a falta de alternativas viáveis, falta de conhecimento sobre o tema, desinteresse dos produtores, experiência prévia negativa ou tentativa mal sucedida, aumento no custo de produção e perdas produtivas (Gráfico 10).

Segundo a BRF, “a caudofagia é um problema multifatorial. Enquanto todas as variáveis não estiverem superadas com sucesso, não realizar o corte de cauda gerará mais dor e desconforto aos animais. Como medida para proteção dos animais, assumimos o compromisso de que, até 2025, esse procedimento será realizado com uso de analgésicos”. Em concordância, a Aurora explicitou que

“banir o corte de cauda poderá implicar em perdas relacionadas ao bem-estar animal, como o aumento do canibalismo”. E a Pamplona declarou estar avaliando alternativas viáveis. Ambas empresas que afirmaram pretender banir o corte de cauda reportaram enfrentar problemas com a incidência de canibalismo.

Gráfico 10 Distribuição das razões pelas quais as empresas não pretendem banir o corte de cauda de leitões



Em comparação aos resultados de 2020, nota-se um progresso no banimento do corte de cauda, visto que tal implementação não constava nos planos de nenhum dos respondentes, e no fim da moessa, o que apenas três empresas buscavam. Os planos de abolir a castração cirúrgica sem controle da dor e o corte de dentes foram mantidos pelos respondentes.

Os avanços descritos encontram-se em consonância com a IN 113, que preconiza a utilização de analgesia e anestesia para realização de castração cirúrgica a partir de 2030; permite o desbaste - não o corte - dos dentes quando necessário; e proíbe a moessa a partir de 2030.

Clientes

De maneira mais objetiva, às empresas clientes foi apenas indagado se já exigem ou pretendem exigir dos seus fornecedores outras práticas de bem-estar animal, como as mutilações em leitões (Tabela 4). A maioria dos respondentes (75%) reportou a castração cirúrgica sem anestesia como manejo a ser banido de sua cadeia de suprimentos, e a metade nomeou o corte/desgaste de dentes e a mozza. Em contrapartida, apenas 25% dos clientes mencionaram o corte de cauda, em concordância com o parecer dos fornecedores.

Uma vez que compreendem as práticas na suinocultura e as intenções dos principais fornecedores, é de extrema importância que similarmente se posicionem demandando as mesmas melhorias. Isso não apenas chegará ao consumidor, mas também aos fornecedores que ainda não se comprometeram com uma política de bem-estar animal.



Tabela 4 Intenção de cada empresa de exigir melhores práticas de bem-estar animal de seus fornecedores

Manejo a exigir ►	Castração cirúrgica com anestesia ou imunocastração	Fim do corte/desgaste de dentes	Fim do corte de cauda	Fim da mozza
Empresa ▼				
Arcos Dorados	✗	✗	✗	✗
BFFC	✓	✓	✗	✗
GPA	✓	✓	✓	✓
Marfrig	✓	✗	✗	✓

Uso de Antimicrobianos

O último tema abordado no Observatório Suíno foi o uso de antimicrobianos. Há mais de 50 anos, a pecuária intensiva tem empregado esses medicamentos não só para tratamento de doenças, mas também como promotores de crescimento. Esse uso não terapêutico é adotado com baixas doses por curtos períodos de tempo na ração dos animais, com o objetivo de melhorar o custo-benefício na manu-

tenção de saúde animal e na eficiência nutricional. Contudo, a prática é imprudente por catalisar o surgimento de patógenos resistentes aos antimicrobianos, ou seja, esses medicamentos tornam-se obsoletos, desarmando-nos contra diversas doenças. Além disso, cerca de 70% desses fármacos são utilizados também para tratamento de doenças em humanos.

Fornecedores

Felizmente, todas as empresas respondentes disseram que pretendem reduzir o uso de antimicrobianos (Tabela 5). Cinco dos seis fornecedores querem interromper essa prática como promotores de crescimento, enquanto na edição de 2020, apenas três haviam se posicionado dessa maneira. Entretanto, a maioria ainda não estabeleceu um prazo para execução e, considerando que a adaptação exige um período considerável, é urgente a determinação de metas para esse fim. Além disso, deve-se limitar o uso de antimicrobianos apenas para tratamento de doenças diagnosticadas, e minimizar o seu uso, uma vez que também proporciona o surgimento de superbactérias. De acordo com as informações concedidas pela Pamplona, a empresa está em fase de estudos e reestruturação para redução do uso de antibióticos preventivos.

Tabela 5 Intenção de cada empresa de banir o uso não terapêutico de antimicrobianos

Manejo ► Empresa ▼	Banir o uso não terapêutico de antimicrobianos
Alegria Foods	Apenas como promotor de crescimento; não há prazo
Aurora	Apenas como promotor de crescimento; não há prazo
BRF	Apenas como promotor de crescimento; não há prazo
Frimesa	Sim; não há prazo
JBS	Apenas como promotor de crescimento; não há prazo
Pamplona	Apenas como promotor de crescimento; não há prazo

Desafios

Com o intuito de reduzir o uso de antimicrobianos na produção de suínos, os fornecedores listaram como desafios: aumento de custos da produção, prejuízo no desempenho e aumento na mortalidade. Em função disso, destacaram a importância de encontrar produtos substitutos tanto de promotores quanto de preventivos, sem prejudicar a performance dos animais.

Segundo a BRF, “a principal dificuldade está relacionada ao uso de antibióticos para prevenção de doenças, pois alguns agentes infecciosos acometem os animais em determinadas idades de forma recorrente. Para boa parte dos agentes, os protocolos vacinais são extremamente efetivos (por exemplo,

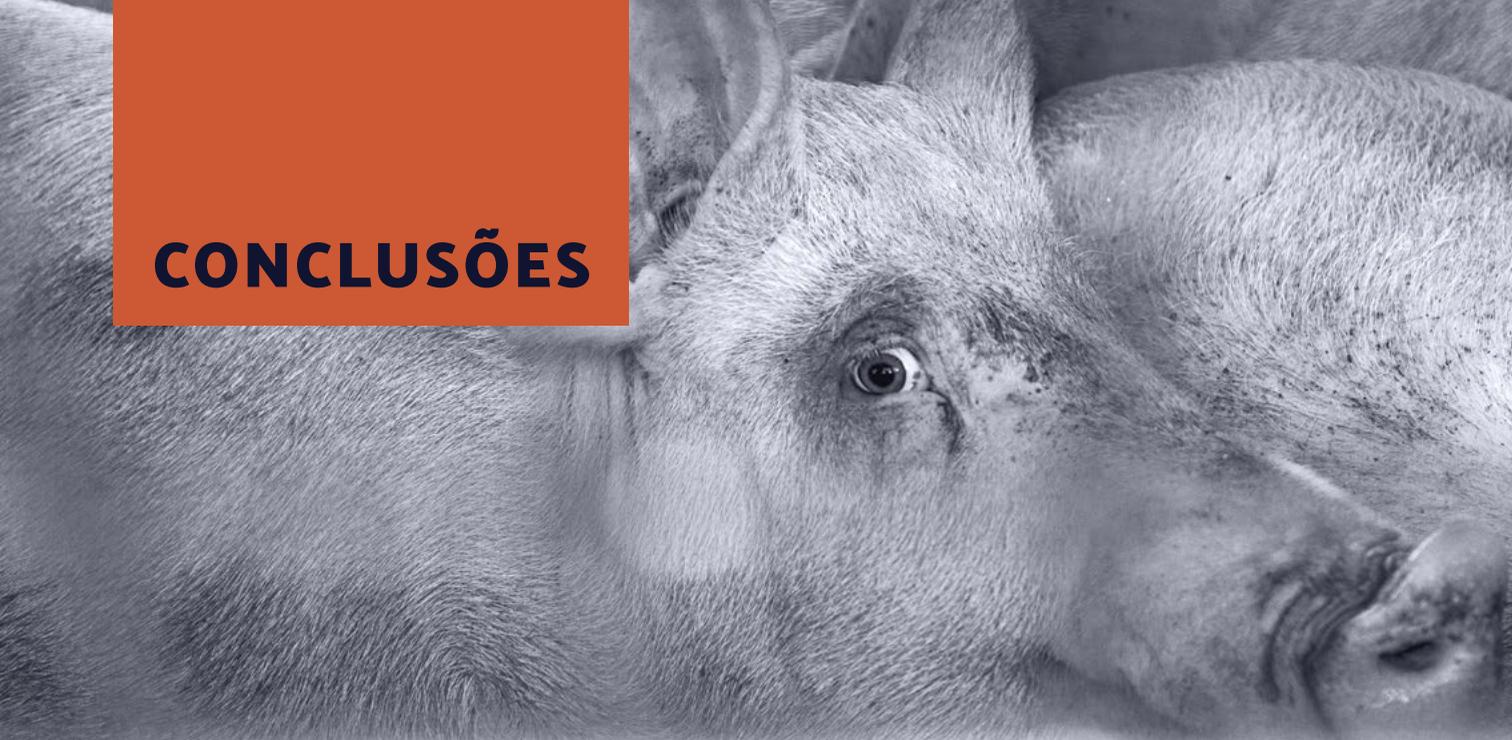
para Circovírus tipo 2 - PCV-2). Para outros, a eficiência é parcial ou não há vacinas disponíveis. Outro aspecto é a falta de uma regulamentação nacional sobre biossegurança em suínos, com requisitos mínimos a serem atendidos nas granjas (como a utilização de cerca perimetral e barreira sanitária). Isso dificulta a implantação desses requisitos, especialmente os estruturais, pois trazem a necessidade de investimentos nas propriedades de criação dos animais, gerando incremento de custo e reduzindo a competitividade da empresa perante os demais competidores do mercado, que não exigem dos seus parceiros as adequações sobre biossegurança, podendo acarretar problemas sanitários em toda a cadeia suinícola”.

Clientes

Das quatro empresas respondentes, três declararam exigir ou que pretendem exigir de seus fornecedores o fim do uso de antimicrobianos para fins não terapêuticos (Tabela 6). Essa estatística traz otimismo, por indicar um entendimento da problemática, mesmo não havendo um contato direto com a criação dos suínos. As corporações clientes, sejam restaurantes ou varejistas, devem se conscientizar de seu poder de compra e exercer o seu papel, tanto de incentivar seus fornecedores demonstrando demanda de mercado com essas novas exigências, quanto de esclarecer esses conceitos aos seus consumidores.

Tabela 6 Intenção de cada empresa de exigir o banimento do uso não terapêutico de antimicrobianos de seus fornecedores

Prática ►	Exigir fim do uso não terapêutico de antimicrobianos
Empresa ▼	
Arcos Dorados	✓
BFFC	✓
GPA	✓
Marfrig	✗



CONCLUSÕES

Na segunda edição do Observatório Suíno, foi possível estabelecer uma comparação com os resultados obtidos no ano anterior. Em 2021, mais empresas comprometidas com uma política de bem-estar de suínos foram convidadas para participar do estudo, e mais empresas responderam.

Apesar da permissividade da IN 113, um prolongamento dos prazos de conclusão aparenta ser desnecessário, já que foi verificado um avanço significativo na transição de celas individuais para baias coletivas para alojamento das porcas em gestação por parte dos fornecedores e na intenção de adotar outras práticas de bem-estar animal (no manejo de leitões) pelos clientes. No entanto, é importante ressaltar que este último grupo de empresas deve buscar informações mais precisas sobre o seu atual status de transição, tanto por uma questão de transparência para com o consumidor quanto para monitoramento das próprias metas a serem alcançadas.

Em relação ao uso de antimicrobianos, mesmo com o objetivo de banir o papel de promotores de crescimento, é necessária também a redução na prevenção de doenças, para mitigar os impactos na Saúde Única.

Por último, os principais desafios trazidos pelos participantes foram: (1) dificuldade de financiamento para implementação das melhorias, (2) a abolição do corte de cauda dos leitões, em função da ocorrência de canibalismo e (3) o banimento do uso preventivo de antimicrobianos, o que sugere que alternativas devem ser investigadas no intuito de extinguir essa prática periculosa e aquele procedimento doloroso.

A Alianima agradece a participação das empresas respondentes, não apenas por constituírem um estudo consistente sobre o cenário atual da suinocultura ao que se refere o bem-estar animal, mas também pela transparência de seus compromissos de sustentabilidade com os consumidores e a sociedade civil.

CONTATO

Faça parte desse grande movimento em prol dos animais!

Se sua empresa deseja conhecer melhor nossa atuação ou ter um esclarecimento mais específico sobre bem-estar animal, entre em contato conosco através dos canais abaixo:



[alianima.br](#)



[alianima.br](#)



info@alianima.org



www.alianima.org

www.observatorioanimal.com.br



REFERÊNCIAS

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL (ABPA). Relatório Anual 2021. Disponível em: <https://abpa-br.org/wp-content/uploads/2021/04/ABPA_Relatorio_Anual_2021_web.pdf>. Acesso em: 8 nov 2021.
2. BRASIL. Instrução Normativa nº 113, de 16 de dezembro de 2020. Estabelece as boas práticas de manejo e bem-estar animal nas granjas de suínos de criação comercial. Diário Oficial da União. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Defesa Agropecuária, 18 dez. 2020. Seção 1, p. 5. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-113-de-16-de-dezembro-de-2020-294915279>>. Acesso em: 8 nov 2021.
3. FORBES. As 100 maiores empresas do agronegócio brasileiro em 2020. Forbes Agro, 82 ed., 21 mar. 2021. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbesagro/2021/03/as-100-maiores-empresas-do-agronegocio-brasileiro-em-2020/>>. Acesso em: 9 nov. 2021.
4. GENESUS. World Mega Producer 2020. Disponível em: <<https://genesus.com/global-mega-producers/>>. Acesso em: 9 nov. 2021.
5. WELFARE ISSUE FOR PIGS. Compassion in world farming. Disponível em: <<https://www.ciwf.com/farmed-animals/pigs/welfare-issues/>>. Acesso em: 12 nov. 2021

REALIZAÇÃO

ALI
• ANI
• MA



OBSERVATÓRIO
ANIMAL

Esta 2ª edição do Relatório Observatório Suíno 2021 foi realizada pela Alianima, uma organização não governamental sem fins lucrativos, com o apoio de doações realizadas pelas organizações Centre for Effective Altruism, Humane America Animal Foundation e Open Philanthropy, um fundo assessorado pela Silicon Valley Community Foundation.

Apoio



CENTRE FOR
EFFECTIVE
ALTRUISM



HUMANE AMERICA
ANIMAL FOUNDATION



Open
Philanthropy

É permitida a reprodução parcial ou total desta publicação, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

